



## ENTRE A ORDEM E O CAOS: AGÊNCIAS POLÍTICAS DO CORPO

Fernando Lucas Garcia de Souza

(UFGD – fernandogarcia.historia@gmail.com)

### RESUMO

Procuramos neste artigo discutir acerca das agências políticas do corpo, especialmente na pós-modernidade. A partir da História do Corpo, objetivamos apresentar elementos de ruptura e produzir inquietações que nos permitam reflexionar as agências possíveis dos sujeitos frente às disputas entre indivíduo e sociedade pelo direito ao corpo e pela prerrogativa de legitimidade na produção das identidades, sobretudo as identidades de gênero.

**Palavras-chave:** Corpo, identidades, gênero, sexualidade.

### BETWEEN ORDER AND CHAOS: POLITICAL BODY AGENCIES

#### ABSTRACT

This article intends to discuss the political body agencies, especially in postmodernity. From the History of the Body, we will try to present elements of rupture, producing restlessness that allow us to reflect the subject's possible agencies face to disputes between individual and society for the body government and for the prerogative of legitimacy in the production of identities, especially gender identities.

**Keywords:** Body, identities, gender, sexuality.

O presente artigo resulta de uma fala proferida na abertura da Segunda Mostra LGBTIQ+ de Cinema, realizada durante o mês de Junho de 2018 na cidade de Dourados/MS. Disso decorre que, eventualmente, seu formato não se convencie àquele comumente presente em publicações de periódicos científicos. A manutenção de alguns desses aspectos e o caráter ensaístico imprimidos no texto são propositais, e dizem respeito à tentativa de manter as motivações e afetos que deram forma à fala naquele momento.

O fato de ser convidado a falar ou escrever acerca de determinado tema resulta em – pelo menos – dois sentimentos: o primeiro deles é o de gratidão, o segundo, o de responsabilidade. A gratidão se atrela a questão óbvia de que receber um convite dessa



importância revela um grau de confiança e reconhecimento destinados àquilo que já fizemos no pretérito. Mas justamente por isso, impera ainda com maior ênfase a segunda questão: a responsabilidade com o que faremos no presente.

Estar diante de um grupo de pessoas que se dispõem a ouvir ou a ler o que temos a expressar acerca de determinado tema, obriga que uma reflexão profunda seja feita a respeito daquilo que vai ser enunciado. No que tange às identidades, em especial às identidades de gênero, soma-se a isso em caráter agravante o lugar de onde enuncio, ou o meu lugar de fala.

Eu falo a partir de um lugar social extremamente privilegiado. Na diversidade de identidades que compõem um indivíduo, e de que falaremos adiante, as minhas são aquelas que se construíram sob o signo do privilégio. E disso eu sei. Penso inclusive, que o reconhecimento disso é ponto de partida para o debate, por isso essa imprescindível nota introdutória. Ciente disso, tentarei contribuir com uma perspectiva histórica que nos permita situarmo-nos em relação ao presente.

Entre as várias identidades inscritas em mim, aquela que emerge neste texto é a de historiador. O historiador é aquele sujeito irremediavelmente preso ao seu tempo, trazendo consigo de forma indelével os valores do presente, que caminha inevitavelmente para frente, mas mantém os olhos o tempo todo voltados para trás.

Voltar os nossos olhos para trás nos permite compreender a experiência humana no curso do tempo e entender que a história é constituída de permanências e rupturas. Isso significa que o tecido da história é bordado com linhas muito complexas, múltiplas, que se misturam e se entrelaçam para formar o presente – ou os vários presentes diferentemente percebidos pelos diversos sujeitos. Esse tecido é bordado tanto com linhas que se estendem continuamente desde há muito e cujas origens se perdem de vista – chamamos isso de permanências – quanto com linhas entrecortadas, remendadas, emendadas – e a essas chamamos de ruptura.

Estou dizendo isso porque, curiosamente trato aqui do mais antigo objeto humano de interação com o mundo, e ao mesmo tempo tão recente objeto da história, o corpo. Como apontou o professor francês David Le Breton “sem o corpo que lhe dá um rosto, o homem não existiria. Viver consiste em reduzir continuamente o mundo ao seu corpo, a partir do simbólico que ele encarna. A existência do homem é corporal” (LE BRETON, 2016: 7).



Outro pensador fundamental para a compreensão do corpo, Michel Foucault, evidencia a imprescindibilidade de se pensar o corpo como elemento essencial da existência na relação do sujeito com o mundo. Como ele aponta acerca de sua indissociável ligação com seu corpo: “É nesta desprezível concha da minha cabeça, nesta gaiola de que não gosto, que será preciso mostrar-me e caminhar; é através desta grade que será preciso falar, olhar, ser olhado; sob esta pele, deteriorar. Meu corpo é o lugar sem recurso ao qual estou condenado” (FOUCAULT, 2013: 7-8).

Concordando com ambos, *encarno* que é sempre a partir do corpo que nos será possível sentir, cheirar, falar, olhar, sorrir, chorar, sentir prazer ou dor, tesão ou repulsa, gozar ou se frustrar pelo gozo que não veio. Portanto, a despeito de todas as eventuais diferenças que tenhamos – e já passa da hora de reconhecermos a diversidade como a incrível riqueza cultural que ela de fato é, ao invés de a ela resistirmos, encerrando os sujeitos dentro de identidades pré-estabelecidas, condenando-nos a uma existência protocolar que impõe a satisfação de expectativas identitárias externamente impostas – aquilo de que falo aqui é algo que sem sombra de dúvidas todos temos em comum: *um corpo*.

Pensar o *Corpo* na *História* nos impõe, primeiramente, uma pergunta. Por que só tão recentemente temos manifestado essa preocupação em estudar o corpo, se ele é justamente o nosso mais antigo instrumento de interação com o mundo? No caso da *História*, meu lugar teórico de interlocução, somente após os anos de 1980 é que será possível pensar mais sistematicamente em uma *História do Corpo*, que parece se consolidar enquanto um “nicho” de produção de pesquisas após a fundação da revista *Body and Society*, em 1995 (BURKE, 2008: 95).

Retomando a pergunta, é possível apontar uma possibilidade na filosofia moderna. Sob a égide do iluminismo e sua *primazia do racional*, a noção de “homem” será construída a partir da dualidade “corpo e alma/mente”. Como uma “dimensão inferior” da existência humana, ancorado na dualidade cartesiana, o corpo acabará por ocupar um lugar marginalizado em relação à mente, no que tange aos esforços acadêmicos empreendidos na compreensão da humanidade e sua relação com o mundo.



Neste sentido concorda Hans Gumbrecht, que ao problematizar a marginalidade do lugar ocupado pelos esportes<sup>1</sup> entre os intelectuais e suas análises, aponta que:

A visão metafísica do mundo não nos obriga apenas a fazer distinções claras entre o que vemos como material e o que entendemos como espiritual em nosso mundo. Ser metafísico também significa enfatizar e privilegiar constantemente o lado espiritual dessa divisão, considerando-o a realidade mais importante (GUMBRECHT, 2007: 31).

Contudo, em tempos como o nosso, em que as certezas da razão que se constituíram pela via iluminista, como a crença no progresso material e moral, a possibilidade de construção de um socialismo mundial e a confiança no potencial agregador das identidades nacionais, vão sendo esfaceladas sobre os nossos pés – e a queda do muro de Berlim é um símbolo muito intenso disso, uma vez que representa a ruptura com determinadas expectativas de futuro – fica a pergunta: o que colocamos no lugar?

Como anuncia o professor José Garcez Ghirardi, ao provocar uma reflexão acerca de uma crise de representação política enfrentada na contemporaneidade, três elementos são evidentes neste processo: crise do Estado, crise da democracia, e crise da subjetividade (GIHARDI, 2018). Diante do solapar das convicções que balizaram a racionalidade nos últimos séculos, e de certa forma forjaram a *episteme* a partir da qual significamos nosso ser e estar no mundo, o que nos sobra? Onde buscamos refúgio diante da incerteza que constitui nossa experiência? Ao que parece, no corpo.

Michel Foucault nos diz que o século XVIII “inventou o homem”, no sentido de uma elaboração da noção de indivíduo, de um assujeitamento e da instituição de uma biopolítica que produzirá efeitos na constituição das identidades. É justamente neste período que espaços de conhecimento como a ciência produzirão uma perspectiva do corpo cada vez mais binária: *masculino e feminino*.

Como aponta Le Breton acerca do estatuto do corpo na Modernidade e no Renascimento:

---

<sup>1</sup> No ensaio produzido por Hans Gumbrecht a marginalidade do esporte entre os intelectuais ocidentais contemporâneos é posta em discussão por meio de um diálogo com a filosofia e a sociologia, propondo que o pensamento contemporâneo, sobretudo após Descartes, contrapôs corpo e alma, legando aquele a um “lugar de menor prestígio” em relação aos assuntos “do espírito”. Como sugere o título da obra, *Elogio da Beleza Atlética*, o autor defende a apreciação da prática esportiva, do movimento e do corpo atlético como um exercício de contemplação não inferior ao intelectual, trazendo ao debate questões que envolvem conceitos como a crítica kantiana, a estética e a euforia no esporte. (GUMBRECHT, 2007).



O *uomo universale* começa a sortear, em suas convicções pessoais, a orientação totalmente relativa de suas ações sobre o mundo. Ele pressente sua importância social: não mais as vias obscuras da providência podem decidir acerca de sua própria vida, ou da vida de sua sociedade; ele sabe doravante que é ele mesmo quem fabrica seu destino, e quem decide a forma e o sentido que pode tomar a sociedade em que vive. A emancipação do religioso conduz à consciência da responsabilidade pessoal, logo ela conduzirá à emancipação do político no nascimento da democracia (LE BRETON, 2016: 50).

A modernidade seria assim um período de deslocamento das produções de *regimes de verdade* – para usar um termo de Foucault – da religião para a ciência. E na história do corpo, a ciência cumpre um papel ambíguo.

Por um lado, ela é uma instituição produtora de discursos de saber – e isso é inegavelmente importante, uma vez que, de maneira crescente, operacionalizamos um conhecimento útil para curar ou mesmo prevenir doenças, prolongar a vida e torná-la uma experiência mais satisfatória, afinal, não nos enganemos: viver, especialmente no sentido de manter uma relativa saúde, já foi uma experiência muito mais desafiadora do que o é atualmente. Simultaneamente ela é também uma instituição produtora de discursos de poder – ou seja, é acionada para rotular, governar a vida, impor obrigações e dominações sobre o corpo do indivíduo.

Sendo esse estatuto duplo nomeado por Foucault como saber-poder, duas facetas de uma mesma moeda, a ciência operou e opera uma função variada, de acordo com aquilo pela qual ela é instrumentalizada. Para exemplificar, o discurso do biólogo celular pode ser, dependendo do caso, utilizado tanto para legitimar ou criminalizar intervenções médicas como aborto.

A ciência como instituição produtora de saber-poder age sobre o corpo físico de maneira sistemática e crescente desde o Renascimento. Contudo, não é apenas em sua dimensão biológica que se investirá sobre o corpo. Na modernidade, o corpo despontará como um operador político privilegiado e seu valor será percebido e disputado nas estratégias de dominação social.

Principalmente a partir da década de 1970, com a luta por direitos das chamadas “minorias” – no sentido da representação política, e não necessariamente numérica,



lembramos – o corpo passa a ocupar um lugar central na repressão, na libertação e na possibilidade de revolução (COURTINE, 2011: 9).

Se as revoluções dos séculos XVIII e XIX prometiam se inscrever no corpo social, coletivo, o final do século XX, e sobretudo o início do XXI, parecem inscrever as possibilidades de revolução no corpo do indivíduo. Na sua luta particular. É para isso que chamo a atenção: *o corpo como instrumento político de construção e afirmação de identidades*.

Em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, o sociólogo jamaicano Stuart Hall apresenta uma proposta sobre como a sociedade ocidental elaborou as identidades a partir da modernidade. Para ele, isso ocorre em três fases distintas: 1) O sujeito do *iluminismo*, com sua identidade fixa, estável e naturalizada; 2) o sujeito *sociológico*, que construía sua identidade a partir da interação social, mas que uma vez construída, o acompanhava com certa constância, ou seja, havia uma certa raiz identitária; 3) e o sujeito *pós-moderno*, que supostamente somos nós, donos de identidades instáveis, transitórias, mutáveis, conflitantes (HALL, 2014: 10-11).

Particularmente, aceito essa premissa de Hall e penso que ela seja um ponto de partida útil para nossa discussão sobre o corpo. Acerca da pós-modernidade, Hall fala de identidades, no plural, convivendo no mesmo sujeito. A partir daí esse deslocamento promove a desobrigação de ser fixo, uma espécie de vitória do indivíduo sobre a natureza – e em certa medida sobre a sociedade. É dessa fragmentação identitária e das possibilidades de agência política dela decorrentes que pretendo tratar.

## **O CAOS COMO FORÇA CRIATIVA E POTÊNCIA REVOLUCIONÁRIA**

Filosoficamente, a despeito da incipiência e do caráter rudimentar de meus conhecimentos na área, o pensamento de Schopenhauer me atrai e inquieta. E de maneira intrigante, o alemão propõe que o sofrimento é positivo e a felicidade é negativa (SCHOPENHAUER, 2001: 113-114).

Não pretendo entrar em um debate filosófico neste espaço. Antes, quero apontar que de modo semelhante ao filósofo, vislumbro a *ordem* como passiva, negativa; e o *caos* como



um elemento potencialmente criador de algo novo, promotor de transformação social pela desagregação.

Como dito, as últimas décadas do século XX e o começo do XXI se caracterizam como um período de incertezas. Nesse período, algumas pessoas se encontram maravilhosamente ocupadas em reivindicar e promover uma reinvenção da sociedade. Uma reinvenção que obrigue essa sociedade a compreender que as identidades são múltiplas.

A história evidencia isso. Não há um existir estático, onde as coisas *naturalmente* são o que são. Antes, o que há é um processo histórico, cujo desenrolar é *produzido* pelas agências dos sujeitos. Um devir no qual as coisas podem continuar sendo o que são, ou pelo contrário, podem ser algo parcial ou completamente diferente. Ninguém deveria estar *destinado* a nada. Nem pela natureza, nem pela cultura.

O que quero dizer é que se faz necessário e desejável que criemos um certo *caos* social, no sentido de desestabilizar as velhas certezas impostas pelo conservadorismo. Entre elas, a falsa convicção de que a *natureza* determina como as coisas devem ser. Isso afeta diretamente as identidades de gênero.

Afinal, quem mais, além do próprio sujeito, deveria ter o direito de determinar como ele percebe seu próprio corpo e sexualidade? Aqueles que são conservadores, ao fim e ao cabo querem o que essa palavra significa: conservar seus privilégios, seja de classe, étnico, de gênero, de identidade sexual, etc. Nesse sentido, é extremamente interessante que subvertamos a ordem que os conservadores tentam estabelecer.

A ordem conservadora, via de regra, é violenta. É violenta no sentido físico, quando tenta impor ao corpo da mulher decisões que pertencem só a ela. É violenta ainda no sentido físico, quando o levantamento realizado no Brasil em 2018 aponta para 445 mortes por homofobia em 2017 (VALENTE, 2018). Isso significa um assassinato motivado por esse preconceito a cada 19 horas! E estamos falando do século XXI.

É violenta no sentido psicológico, quando até essa semana, a transexualidade era considerada uma doença mental pela Organização Mundial de Saúde (G1, 2018). É violenta psicologicamente, quando uma mulher se sente ameaçada só pelo fato de um homem se aproximar dela na rua ou caminhar em sua direção, especialmente à noite. É violenta psicologicamente quando um grupo de homens brasileiros vão há um evento esportivo e





proferem suas expressões machistas contra uma mulher que não faz ideia do que essas expressões significam (CATRACA LIVRE, 2018).

É violenta quando uma pessoa transexual precisa procurar por atendimento médico, por trabalho, por acolhimento no seio de sua própria família. É violenta quando a escola, espaço que supostamente deveria emancipar os sujeitos, impõe uma série de constrangimentos a uma criança ou adolescente cuja identidade de gênero não se adequa àquela que a parcela conservadora da sociedade arbitrariamente decidiu que é *normal*.

É violenta física e psicologicamente todos os dias, e as pessoas transexuais sabem disso de uma maneira muito mais intensa que qualquer número ou teoria que eu possa apresentar seria capaz de expressar. É violento já a partir do olhar! Propus no começo do texto que era a partir do corpo que seria possível experienciar o mundo. É a partir do corpo também que o mundo nos classifica, nos disciplina, nos cataloga, nos oprime.

Michel Foucault elabora duas noções para isso: o *normal* e o *anormal*. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, normal e anormal não são categorias imutáveis. Muito pelo contrário, é a sociedade ao longo da história – e mais especificamente as instituições produtoras dos regimes de verdade – quem escolhe, julga e determina quem é o sujeito normal e quem é o sujeito anormal (FOUCAULT, 2010: 11).

Ter na pele uma tatuagem, um dia, já foi anormal. Atualmente caminha para ser normal. Uma mulher usar maquiagens, um dia, já foi anormal, “coisa de prostituta”, hoje é normal – por vezes inclusive a situação se inverte e a mulher que não se submete à maquiagem é que é rotulada, conforme seu espaço de circulação. A mesma prática para um homem – e cá estou a classificar os sujeitos a partir de uma disposição binária, arcaica – é ainda hoje vista como anormal. A mulher usar calça ao invés de vestido, votar, trabalhar, se expressar publicamente, já foi anormal. Há ainda uma série de barreiras há serem quebradas no que diz respeito à condição social da mulher, e novamente, as mulheres as sabem muito bem, porque experienciam esses preconceitos a partir de sua própria existência, de seu próprio corpo.





O corpo do qual falamos e assistimos dos documentários aqui exibidos<sup>2</sup> é um corpo que, ainda hoje, em uma imensidão de casos, é rotulado, catalogado, estigmatizado como anormal: o corpo que encerra uma identidade de gênero diversa. Seja ou não transexual. Estou falando de todos os sujeitos que se inserem na sigla LGBTIQ+.

Aliás, falávamos antes dos fios que compõem esse nosso tecido da história. A sigla é uma parte dele. Ao longo dos últimos anos parece já ter sido GLS, GLBT, LGBT e recentemente têm-se utilizado LGBTIQ+. E nem sei se estou atualizado quanto a isso, provavelmente não. A mutação da sigla não é apenas uma questão semântica. É parte do *caos* – no ótimo sentido que estou utilizando a palavra – provocado na ordem social conservadora que tenta a todo custo enquadrar as identidades em binários como masculino e feminino.

Essa luta não é recente. Ela também se inscreve na história de pessoas que ousaram implantar o *caos* na ordem conservadora no passado. Já no começo do século XX, enquanto ainda se mediam o tamanho dos biquínis nas praias, se regulava a quantidade de maquiagem e as roupas que uma mulher poderia ou não usar, indivíduos cientes da incompatibilidade entre sua identidade de gênero e a constituição biológica de seu corpo procuraram transformá-lo.

Como aponta Anne-Marie Sohn, na Alemanha a psiquiatria começa a se interessar pela prática do “*travestimento*” no começo do século XX – o termo é inventado em 1910. Em um período em que cirurgias para a adequação de identidade sexual eram ainda vistas como mutilação, sujeitos lutaram pelo direito de moldar o próprio corpo segundo sua identidade percebida. A descoberta dos cromossomos e dos hormônios permitem à medicina compreender melhor as funções biológicas dos sexos. O corpo e o sexo psicológico podem finalmente se harmonizar. A primeira dessas cirurgias é uma mastectomia – a remoção da mama – realizada em 1912 em uma jovem que só a consegue sob a ameaça de suicídio (SOHN, 2011: 129).

Isso nos permite entender o esforço da ordem conservadora para manter o controle sobre o corpo dos indivíduos, e a luta ainda maior que é preciso ser empreendida pelo sujeito na posse do próprio corpo.

---

<sup>2</sup> Na ocasião, foram exibidos o documentário *O corpo que habito* e o primeiro episódio da série *Natasha*, produções realizadas em Dourados/MS.



Aliás, diga-se, penso que boa parte das questões identitárias que se desenvolvem na modernidade e na pós-modernidade – o direito de modificar o seu corpo, seja com o silicone ou com a tatuagem; o direito feminino de controlar o momento da concepção ou de abortar; o direito de adequar a forma do corpo à identidade de gênero – acabam por se traduzir em uma disputa entre o indivíduo e a sociedade pela posse e uso do próprio corpo.

A sociedade, sorrateira ou violentamente, pretende que o corpo do sujeito pertença a ela, submetido e otimizado para produzir cada vez mais, e da forma que se pretende. Ao indivíduo, cabe instaurar o *caos* na ordem conservadora, reivindicando o direito àquilo que sempre foi seu, seu próprio corpo.

Um outro exemplo dessa luta se inscreve na França em 1921, quando Rodolfo se torna Dora, sendo o primeiro transexual masculino a passar por uma penectomia e uma construção de uma vagina. Em 1946, também na França, Laura passa por uma mastectomia e uma faloplastia, afirmando que finalmente se corrigiria um “erro da natureza” (SOHN, 2011: 129).

O tom da discussão e a ação do Estado variaram de acordo com o período e o país. Mas a iniciativa dessas pessoas, possibilitadas também pelo avanço das tecnologias médicas, permitem abrir um debate acerca da transexualidade como direito, desestabilizando implicações que enxergam na determinação biológica a imposição da identidade sexual do indivíduo.

No Brasil, um largo debate tem sido promovido, principalmente sob iniciativa das pessoas trans, a fim de construir um caminho humanitário para essas intervenções. Constantes são as queixas de que os tratamentos, quando conseguidos, são feitos em condições de marginalidade, com intervenções biomédicas inadequadas, produzindo cicatrizes, órgãos disfuncionais, e outras consequências que acabam por ser o oposto do que os sujeitos procuravam: o conforto da adequação entre corpo e identidade (ALMEIDA, 2018: 168).

No Brasil, o desenvolvimento de políticas públicas neste sentido se faz urgente. E penso que esse direito não se alcançará na passividade e negatividade da ordem. Antes, se fará por meio da criatividade e positividade do caos, da luta política que se empreende no e pelo corpo.

Portanto, para finalizar, o que procurei aqui foi apresentar breve e simplificadamente uma perspectiva histórica do corpo e das identidades, especialmente a partir das suas agências



políticas. Penso que olhando para trás, a história pode nos ajudar a entender que as coisas nem sempre foram como foram, que aquilo que julgamos hoje como absolutamente *normal*, um dia já foi *anormal*.

Se as coisas hoje são diferentes do que foram ontem, elas podem perfeitamente ser amanhã, diferentes do que são hoje. O conservadorismo defende os privilégios, a permanência de uma ordem imutável, até que nós mesmos acreditemos que ela seja *natural*. De minha parte, defendo e incito o caos. Como eu disse, o caos é ativo, criativo. O caos pode produzir o novo. Que não nos submetamos à ordem, que tenta todos os dias rotular os sujeitos e manter privilégios identitários. Antes, produzamos o caos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans. In: NOGUEIRA, Leonardo et al. (orgs). *Hasteemos a bandeira coloria: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CATRACA LIVRE. *Vídeo machista de torcedores brasileiros na Rússia viraliza*. <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/video-machista-de-torcedores-brasileiros-na-russia-viraliza/>. Acesso em 26 de junho 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2011.

G1 GLOBO. *Oms retira transexualidade da lista de doenças mentais*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>. Acesso em 26 de junho de 2018.

GHIRARDI, J. *A crise é o mau uso da política*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cUkDubqSmx8&t=140s>. Acesso em 25 de junho de 2018.

LE BRETON, David. *Antropologia do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Corpo Utópico, as Heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.



GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Elogio da beleza atlética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

SCHOPENHAUER, A. *Do sofrimento do mundo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VALENTE, Jonas. *Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017*. AGÊNCIA BRASIL. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>. Acesso em 26 de junho de 2018.